

A DIVERSIDADE NA ESCOLA: UM ENCONTRO NA SALA DE AULA

Fábia Geisa Amaral Silva

Mestranda do Curso de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará – UECE, fabia.geisa2009@gmail.com;

Francisca Alynne Ribeiro Rolim

Mestranda do Curso de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará – UECE, alynnerolim@hotmail.com.

Resumo

O presente estudo pretende contextualizar a promoção da igualdade de gênero no âmbito escolar, aprofundando e analisando conceitos e ações de promoção à igualdade que são desenvolvidas entre o corpo escolar. Adota-se a metodologia de pesquisa de cunho bibliográfica, baseada em teóricos sobre o tema. Como resultados, apresenta-se quais os impactos das políticas educacionais existentes no campo de promoção à igualdade de gênero. Compreende-se, portanto, que o sistema educacional possui um poder de transitividade, porém, existem políticas públicas que são produzidas para o enfrentamento das desigualdades na escola, principalmente diante da homofobia. Espera-se com a respectiva pesquisa que a escola, como o local em que se pode reverter preconceitos, promova diálogos e debates, elabore projetos para que todos reflitam sobre sentimentos e emoções diante dos conflitos que surgem no cotidiano da sala de aula, para assim, desconstruir esses preconceitos de gênero para formar uma sociedade reflexiva e crítica.

Palavras-chave: Diversidade, Educação, Sala de Aula.

Introdução

A igualdade de gênero no âmbito escolar, é construída de forma que não ocorra discriminação, no entanto, é relevante e necessário o debate desde a primeira infância escolar, a inclusão de temas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, enfim, um debate que se inicie já no começo da vida escolar dos alunos.

Ao professor, cabe dentro desse espaço de sala de aula, um esforço que não gere e não reforce a discriminação, pois a escola é espaço também, da multiplicação da violência seja verbal, física ou psicológica.

Não é um trabalho fácil, porém, é um diálogo aberto e esclarecedor que irão combater tais tipos de violências existentes. O espaço escolar é, portanto, envolvido de um diálogo que pode contribuir, de forma positiva e significativa, para o tema da igualdade de gênero combatendo assim, as discriminações existentes no âmbito escolar.

O problema do referido artigo, apresenta, como se deve combater as discriminações existentes no que se refere a igualdade de gênero, focando na hipótese de que essa discriminação pode ocorrer e pode ser combatida através do diálogo e do conhecimento, através também de projetos inovadores envolvendo todos os alunos e membros da escola como um todo.

A metodologia utilizada é a de apresentar conceitos baseados em estudiosos do tema, dentre os principais destacam-se, Almeida (1996), Casagrande et al. (2016), OAB (2021), OIT (2021), ONU (2021), Silva (2007), dentre outros, apresentando, portanto, uma metodologia de cunho bibliográfica.

O objetivo geral é analisar a igualdade de gênero e apresentar os impactos das políticas públicas desenvolvidas e de apoio as instituições escolares para o combate ao preconceito, observando as ações que visam construir a igualdade de gênero nesse ambiente amplo que é a escola.

Diante do exposto, apresentam-se conceitos importantes que enriquecem o debate do referido artigo, onde a análise do papel da escola diante do tema atual e relevante para a cultura da diversidade, está inserido num ambiente que é propício para a discussão e a construção do conhecimento nos alunos, visando sempre uma sociedade

igualitária sem ódio e sem violência, onde somente através de ações e projetos, essas experiências poderão acontecer.

Metodologia

A metodologia apresentada é de cunho bibliográfica, pois o referido aporte teórico fornece análise dentro do tema da igualdade de gênero, baseada em autores como (1996), Casagrande et al. (2016), OAB (2021), OIT (2021), ONU (2021), Silva (2007), apresentando portanto, conceitos possíveis de entendimento e de embasamento crítico.

Referencial teórico

A sociedade brasileira de forma geral, avança em rápidos passos, diante da temática sobre a igualdade de gênero. Apesar de que ainda está pautada no conservadorismo e machismo que produz as desigualdades existentes, gerando violência.

A integração da perspectiva de gênero na educação é crucial, pois todos os anos milhões de crianças, adolescentes e adultos brasileiros são excluídos das escolas ou têm suas trajetórias educacionais interrompidas por causa de desigualdades. As discriminações e violências presentes em nossa sociedade são refletidas por toda via no ambiente escolar. O contexto violento, aliado à pobreza e à má qualidade da educação em cidades desfavoráveis, resulta na evasão e reprodução das desigualdades.

Uma sociedade mais justa, igual e democrática em referência a professores e professoras, alunos e alunas, diretores e diretoras, por fim todos os profissionais da educação. Se a promoção da igualdade for realizada, será possível formar cidadãos e cidadãs que visem o respeito às diversidades, sejam elas culturais, raciais e étnicas, de crenças e valores, inclusive as sexualidades.

Ao refletir sobre as questões de gênero no ambiente proposto à investigação, vemos que na escola se encontram as mais variadas experiências de vida e realidades sociais. Torna-se fundamental compreender e saber lidar com essas diversidades, zerando o preconceito, o estigma e a discriminação, tornando a sociedade mais justa e igualitária.

A enorme desigualdade de gênero é uma das violações mais persistentes dos direitos humanos em nosso tempo (ONU, 2014). Propor

diálogo e desenvolver projetos que promovam a igualdade entre os gêneros na escola é remover barreiras sociais e culturais, barreiras estas que por muitas vezes impedem a sociedade de elevar-se cultural e potencialmente. É essencial que nós, como educadores, possamos ajudar essa nova geração a modelar uma nova sociedade, livre do ódio, do ópio das desigualdades, justa e igualitária.

Fazendo observações sobre a violência de gênero no ambiente escolar, o impacto é negativo, afirma as pesquisas na educação de milhões de crianças em todo o mundo (UNESCO, 2015). Por esse motivo, promover a reflexão e o debate do presente tema em ambiente escolar necessário, essa é uma das formas de construir uma nova sociedade, livre de preconceitos, reflexiva, crítica e igual. É pela educação que o mundo pode ser transformado.

Conforme expõe relatos da ONU pela Educação das Meninas:

Apesar dos avanços nos últimos 20 anos, a violência de gênero na sala de aula e no ambiente escolar permanece invisível. Para lidar com esse problema, os governos e a sociedade civil devem se envolver mais para proteger as crianças e buscar, por meio da educação, a mudança necessária. A violência de gênero relacionada ao ambiente escolar inclui assédio verbal ou sexual, abuso sexual, punição física, além do bullying, que afeta cerca de 246 milhões de meninos e meninas todos os anos (ONU, 2021).

A violência de gênero pode gerar aumento da evasão, fraco desempenho, desistência escolar, baixa autoestima, depressão. Todos esses elementos têm impacto negativo na aprendizagem e no bem-estar dos estudantes (UNESCO, 2015).

As escolas devem ser um refúgio para as crianças, especialmente para aquelas que vivem em cidades e bairros marginalizados, afetados pelas desigualdades sociais. É vital que a comunidade acadêmica realize pesquisas para compreender a escala e o alcance da desigualdade de gênero relacionada ao ambiente escolar, bem como para desenvolver políticas e propostas pedagógicas para eliminá-la (UNESCO, 2015).

Para Silva (2007), todas as pessoas, desde sua infância, devem ter direito a uma vida digna, justa, saudável e sem violência. É importante que as crianças e adolescentes desenvolvam plenamente sua autonomia e sua capacidade de reflexão crítica e ação construtiva no

mundo. Sabemos que nenhuma criança nasce com preconceitos; esses sentimentos podem ser transformados em atos violentos no futuro e são construídos ao longo de sua vida.

O gênero define-se em papéis, comportamentos, atividades e atributos de uma sociedade em determinado momento, considerando os papéis apropriados para homens e mulheres: os atributos sociais e oportunidades associados ao ser homem ou mulher e às relações entre mulheres e homens.

Esses atributos, oportunidades e relações são socialmente construídos e aprendidos por meio de processos de socialização. São específicos de um contexto e um tempo, e são mutáveis. O gênero determina o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher ou em um homem.

Conforme Silva (2007), os diferentes sistemas de gênero – masculino e feminino – e de formas de operar nas relações sociais, de poder entre homens e mulheres, são decorrência da cultura, e não de diferenças naturais instaladas nos corpos de homens e mulheres.

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana; no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (SILVA, 2007, p. 39).

O que realmente importa no estudo das relações de gênero é a discussão dos processos de construção histórica e social instituídas na formação de homens e mulheres, meninos e meninas. Esta pesquisa está preocupada com as relações de poder entre mulheres e homens no ambiente escolar; a relevância se dá a partir da demonstração de que a escola ainda pode ser reprodutora de padrões estabelecidos na sociedade, que infelizmente existem até hoje.

Entretanto, encontrar escolas que propõem a mudança de paradigmas, novas formas de agir e atuar diante da sociedade que a envolve se tornará evidência.

Conforme mencionado em Brasil (2017, p. 76):

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de

gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social.

O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vem ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero (SILVA, p. 71).

Pesquisadores concordam que o gênero é uma construção social, realizada por meio das relações interpessoais e enfatizada nas interações das pessoas com o contexto em que estão inseridas, que faz estabelecer relações de poder entre os sujeitos do mesmo gênero ou distintos. Pensar o gênero também como construção social permite ver a diversidade de formas de manifestar a feminilidade e a masculinidade. Faz perceber que podemos transitar entre os estereótipos do masculino e do feminino em momentos nos quais somos mais sensíveis (CASAGRANDE; TORTATO, 2016, p. 27).

Resultados e discussão

São os impactos das políticas públicas, a nível de Brasil, um esforço para produzir políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades, do racismo e da homofobia. Porém, infelizmente, no contexto em que vivemos, a combinação histórica entre pobreza, desinformação, patriarcado e as diversas formas de homofobia, sexismo e violência marcam o cotidiano de mulheres e homens das diversas regiões de nosso país.

Esse contexto constrói e estrutura diversos campos da vida social, inclusive as instituições sociais, dentre as quais encontra-se a escola. Se é possível construir os fatores negativos dessas desigualdades, encontramos um sinal de que também é possível reverter essa situação; construir uma nova sociedade reflexiva, crítica, igual e empoderar as mulheres seria fator decisivo para a melhoria.

O Brasil foi protagonista em diversas conferências mundiais, sendo elas peças chave para a mudança e a inclusão políticas públicas para a igualdade e mudanças na educação. A primeira conferência a

ter o Brasil como um dos protagonistas foi a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) em 1994; foi o maior evento mundial sobre temas populacionais (ALMEIDA, 1996).

Na formulação de políticas e programas sociais, os países atuantes chegaram ao consenso de que era preciso deixar de centrar-se no controle do crescimento populacional como condição para a melhoria da situação econômica e social dos países, e assim passaram a reconhecer o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como fatores determinantes da qualidade de vida dos indivíduos.

Nessa perspectiva, delegados de todas as regiões e culturas concordaram que “a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de gênero” (ALMEIDA, 1996, p. 103).

Em 1995 ocorreu a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, propondo, dentre as medidas para a eliminação das discriminações de gênero, a formação do corpo docente para uma prática não discriminatória e a adoção de material que não reproduza os estereótipos de gênero.

Todas essas preocupações estão refletidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, além de ser matéria característica de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Entretanto, embora vivamos em um cenário diferente em relação aos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, ainda há em todos os campos da vida social muita opressão, discriminação e preconceito.

Uma pesquisa elaborada pelo Fórum Econômico Mundial relatou que seriam necessários 95 anos para que mulheres e homens atinxissem a igualdade no Brasil; nesse mesmo sentido, o Relatório de Desigualdade Global de Gênero constata que a paridade econômica entre os sexos pode levar 170 anos, em escala mundial.

Por trás desse declínio está um número de fatores. Um deles é o salário, com mulheres ao redor do mundo ganhando, em média, pouco mais da metade que os homens ganham, apesar de trabalharem, em média, mais horas, levando em consideração trabalho remunerado e não remunerado.

Outro desafio persistente é a participação na força de trabalho estagnada, com uma média global de 54% para mulheres, comparada com 81% para homens. Em 2015, as projeções baseadas nos dados do Relatório de Desigualdade de Gênero sugerem que a lacuna econômica

pode ser fechada dentro de 118 anos, ou em 2133. No entanto, o progresso foi revertido desde então, tendo atingido seu pico em 2013. Além da economia, a disparidade educacional de gênero fechou 1% em relação ao ano passado, chegando a 95%, fazendo dessa uma das duas áreas em que mais progresso tem sido feito até o momento. Saúde e Sobrevivência, o outro pilar que fechou 96% da sua lacuna, deteriorou-se minimamente (UNESCO, 2015).

O pilar em que a desigualdade de gênero permanece grande, o Empoderamento Político, também o que apresenta a maior quantidade de progresso desde que o Fórum Econômico Mundial começou a medir a disparidade de gênero em 2006. Esse pilar está agora em 23%, 1% maior que em 2015 e quase 10% mais elevado que em 2006 (WEFORUM, 2016, p. 11).

É necessário reconhecer alguns esforços do governo brasileiro na elaboração de algumas leis que visam à proteção e à igualdade entre os gêneros; porém, mesmo com tais formulações, ainda está longe de o problema ser suprimido; para obter resultados positivos é necessário deixarmos de lado todo preconceito construído pelo patriarcado e pelas tradições. Nós, como educadores, temos a função de melhorar o mundo, pois é pela educação e as políticas públicas que esses fatores serão revertidos.

Além dos citados no ano de 2014, a Organização dos Advogados do Brasil, através da Comissão Especial de Diversidade Sexual, elaborou o Estatuto da Diversidade Sexual e Emendas Constitucionais; nada mais honroso, que trata a 10ª Parte – Direito à Educação, tratando-se dos Art. 59 a 65. Eles delimitam as ações das instituições de ensino, escolas, corpo docente e demais funcionários do ambiente escolar, de como se deve tratar a questão da diversidade de gênero na escola (UNESCO, 2015).

Enfim, pode-se dizer que esse foi um dos passos principais no combate à discriminação de gênero, à homofobia, à intolerância por orientação ou identidade de gênero, criminalizando homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, garantindo a defesa da igualdade, dos direitos individuais e coletivos da sociedade. A escola e a educação brasileira, jamais, poderão ser palco para discriminação seja de que natureza for. É na educação que as vidas dos nossos alunos são reconhecidas na sua totalidade e eles levam conceitos para a vida inteira. Um país sem Educação de qualidade e com equidade, é apenas um projeto. A prática educacional deve ser transformadora e contínua, tem que ter interseccionalidade, seja onde for!

Considerações finais

Promover a igualdade de gênero no ambiente escolar não é apenas uma proposta ousada, mas oportuna e totalmente necessária. A escola é o espaço onde a consciência sobre a questão de igualdade deve ser primordialmente trabalhada, para que, se possível, a democracia de nosso país possa deixar de ser um mito e passe a ser realidade.

Tendo em vista o anseio de conscientizar os estudantes acerca da importância de gerar respeito, aceitação e melhor interação entre eles e suas convivências, percebemos a necessidade de construir no projeto político-pedagógico um trabalho com diversidade e igualdade, pois, em virtude do mundo multicultural em que vivemos e que apresenta reflexos dessa diversidade no âmbito social, que pode ser vista na comunidade escolar, torna-se imprescindível a construção de um Projeto Político Pedagógico nas escolas, que desperte a valorização e o respeito com princípios de igualdade, tolerância e cidadania.

Sendo assim, trabalhar a igualdade na escola é dar voz às meninas, liberdade, autonomia e emancipação, mostrar que elas podem alcançar lugares maiores e que elas devem tomar esses lugares. Se donas de si, construir uma nova sociedade, uma sociedade justa, igualitária pois a educação não é somente um direito humano, ela é a maneira mais eficaz de atingir o crescimento de uma nação, seja ele econômico ou cultural. Vamos focar em criar escolas saudáveis eliminando as desigualdades, vamos acreditar e lutar para que todas as crianças tenham o direito à educação e que ela empodere a todos nós.

De toda análise desta pesquisa, é possível realizar uma pequena pergunta: o que significa agir como uma menina ou como um homem? É por essa pergunta que refazemos a base fundamental de tudo que foi pesquisado, pois se faz necessário denunciar e mudar as linguagens preconceituosas – nossas e de nossos alunos também. Dessa forma, fazer com que as pessoas que utilizam esse tipo de linguagem reflitam a esse respeito, pois essa linguagem pode reforçar ainda mais os estereótipos de gênero.

Portanto, para se construir uma sociedade igualitária, vamos mudar nosso linguajar, em seguida vamos combater os repressores; quando falamos em repressão, nos referimos também ao espaço digital: constantemente notamos notícias sobre jovens que se suicidam

após ataques de cyberbullying; vamos denunciar essa prática. Assim contribuiremos para a transformação da internet em um espaço seguro a todos.

E, por fim, a frase principal é “ensine um professor” a empoderar os educadores para que seja criado um ambiente de igualdade em sala de aula e na própria escola. Um ambiente acolhedor, que respeite os direitos humanos, que inclua todas as questões relacionadas à igualdade de gênero, seja na formação ou na prática docente. Assim estaremos construindo um campo de oportunidades iguais para as crianças.

Referências

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Feminicídio**. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. **Tipos de pesquisa**. Belém: Cejup, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Informação e Informática do SUS (Datasus)**. Sistema de Informação de Nascidos Vivos (Sinasc). Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério da Educação/Ministério da Justiça/Unesco, 2007.

CASAGRANDE, Lindamir Salete et al. **Entrelaçando gênero e diversidade: enfoques para educação**. Curitiba: UTFPR, 2016.

GESTOS. **Soropositividade, Comunicação e Gênero**. Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. Disponível em: <http://brasilnaagenda2030.org>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KÖCHE, José Carlos. **Tipos de pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LUTTRELL, Cecilia, et al. **Understanding and operationalising empowerment.** London: ODI Working Papers, 2009.

OAB. **Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7302364&-disposition=inline> Acesso em: 20 fev. 2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho:** avanços e desafios. Brasília: OIT, 2010.

ONU. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.** Cairo, 1994.

_____. **Transformando nosso mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.

_____. **UN Women, OSAGI Gender Mainstreaming:** Concepts and Definitions. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/conceptsanddefinitions.htm>. Acesso em: 25 mar. 2021.

_____. **Por um planeta 50-50 em 2030:** um passo decisivo pela igualdade de gênero. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. **Superando as desigualdades de gênero:** o papel da escola. Revista Gênero, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. Niterói, v. 8, nº. 1, 2007.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-2030/gem-report/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

http://www3.weforum.org/docs/Media/GGGR16/GGGR16_PTBR.pdf